

REFLETINDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE NATUREZA HUMANA, VALORES CAPITALISTAS E A CRISE AMBIENTAL: contribuições para a promoção da Educação Ambiental crítica

Gabriela Ventura*
Isabela Cabral Félix de Sousa**

RESUMO

A relação entre os seres humanos e o ambiente, cerne das discussões sobre a problemática ambiental, deve ser discutida compreendendo a natureza histórica, cultural, biológica e social do ser humano. O presente trabalho aborda essa interligação a partir das percepções de um grupo de estudantes do Ensino Médio sobre a crise ambiental. Os dados foram coletados através de questionários e grupos focais e, fundamentando-se na análise de conteúdo, procedemos a criação de categorias temáticas. Dentre as temáticas surgidas, neste trabalho apontamos aquelas que envolvem a relação entre natureza humana, valores capitalistas e a crise ambiental. A partir da vertente crítica da Educação Ambiental, algumas questões são levantadas como contribuições para a promoção de uma Educação Ambiental Crítica.

Palavras-Chave: Educação Ambiental Crítica; Problemática Sócio-ambiental; Relação Ser Humano e Ambiente; Estudantes de Ensino Médio; Capitalismo.

ABSTRACT

Reflecting on the Relation among Human Nature, Capitalist Values and the Environmental Crisis: Contributions to the Promotion of Critical Environmental Education

The discussion about the relationship among human beings and the environment - the core in environmental issues - must take into account their historical, cultural,

* Mestre em Ensino de Ciências. É docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) / Espaço Ciência Interativa do IFRJ - Nilópolis-RJ/ E-mails: gabriela.silva@ifrj.edu.br ou bigaventura@yahoo.com.br.

** Doutora em Educação Intercultural/Internacional. É pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e docente da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: isabelacabral@fiocruz.br ou isabelacabralfelig@gmail.com.

biological and social nature. This paper addresses these interconnections based on the perceptions of the environmental crisis exposed by a group of High School students. Data were collected by questionnaires and focal groups. Content analysis was carried out in order to select thematic categories. Among the themes that have emerged in this study, we have pointed out the ones that involve the relationship among human nature, capitalist values and environmental issues. Finally, some issues that can contribute to the promotion of a critical Environmental Education are presented.

Keywords: Critical Environmental Education; Socio-Environmental Issues; Human Being/Environment Relationship; High School Students; Capitalism.

INTRODUÇÃO

Temos presenciado a degradação do ambiente e dos seres humanos em uma distribuição desigual de prejuízos e benefícios, na qual a riqueza de uma minoria convive com a miséria de uma maioria que luta pela sobrevivência em meio a grandes prejuízos sociais e ambientais. Estamos vivendo uma crise civilizatória com feições ética, biológica, social, política, econômica, cultural, epistemológica e filosófica, na busca por novos modos de compreender e reinterpretar as relações entre sociedade e natureza, repensando o ser humano, enquanto ser não só biológico, mas cultural, histórico e social, inscrito em uma intrincada rede de crenças e valores historicamente instituídos.

A constatação dessa crise teria se iniciado na década de 40 e se revigorou, sobretudo, nas décadas de 60 e 70, marcadas por uma efervescência de vários movimentos sociais descontentes com a ordem societária vigente, seus valores e consequências como, por exemplo, a industrialização, a poluição, o individualismo, a concentração urbana e o modelo de produção e consumo. Dentre esses movimentos, destaca-se o ambientalismo, originado a partir da constatação de uma crise civilizacional de feição ambiental, questionando as relações estabelecidas entre a sociedade moderna e a natureza (Layrargues, 2002). A crise ambiental, para além do funcionamento dos ecossistemas, inclui o funcionamento dos sistemas sociais, configurando-se como crise societária.

Em um terreno altamente político e ideológico, a Educação Ambiental (EA) surgiu como proposta ao enfrentamento dessa crise através da articulação entre as dimensões social e ambiental. No entanto, durante a sua legitimação na sociedade, houve uma perda da criticidade da questão ambiental e a EA tornou-se sinônimo de educação na

natureza. A crise ambiental é, então, discutida a partir da compreensão de conceitos e processos ecológicos – por exemplo, o funcionamento dos ecossistemas –, como se houvesse uma desarticulação entre a esfera natural e o plano cultural e social dos seres humanos. Assim, as dinâmicas social, cultural e política são ocultadas da questão ambiental.

Conforme aponta Carvalho (2002), o debate ambiental é um campo heterogêneo e multifacetado, compreendendo diversas práticas sociais, a partir de diferenciadas filiações ideológicas, políticas públicas, opções e hábitos de consumo. Em uma sociedade marcada por relações sociais extremamente assimétricas, existem diferentes interesses e atores sociais, com modos díspares de interagir com o ambiente. Configura-se, assim, um cenário de conflitos históricos, culturais e sociais subjacentes às questões ambientais, evidenciando o caráter político e ideológico da EA. Dessa forma, sob uma diversidade de práticas e atividades, provenientes de variados atores e segmentos sociais na defesa da preservação ambiental, há um aparente consenso entre as diversas atividades de EA: todas voltadas para a conservação da natureza e reversão da crise ambiental. No entanto, nesse consenso existe um embate entre duas perspectivas: uma, favorável à manutenção do modelo societário vigente e outra, contrária a essa hegemonia (Guimarães, 2000), de modo que não se pode falar em uma única Educação Ambiental. Dessa forma, compreendendo que existem diversas formas de fazer EA e que cada uma delas traz subjacente uma concepção pedagógica de educação e uma compreensão do que significa a questão ambiental, surgem adjetivos¹ para a EA, os quais demarcam uma concepção específica de educação e da questão ambiental, comprometida com transformações sociais.

As concepções de educação e de ambiente suscitadas neste trabalho consideram a educação como forma de intervenção no mundo, compreendendo os educandos como seres históricos imersos em um mundo de cultura e significados. E o ambiente deve ser caracterizado como espaço de intrincadas e complexas relações entre seres humanos e natureza, histórica e socialmente situadas e condicionadas.

O presente trabalho tece algumas considerações para o campo da Educação Ambiental Crítica, resultado do recorte de uma Dissertação de

¹ Com compreensões semelhantes do fazer educativo e da questão ambiental, encontramos a utilização de termos que adjetivam a Educação Ambiental e delimitam qual a visão de mundo subjacente: popular, emancipatória, para a gestão do meio ambiente, transformadora e crítica.

Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Biociências e Saúde/Fundação Oswaldo Cruz (Ventura, 2007). Um dos aspectos ressaltados nessa pesquisa relaciona a questão ambiental, a condição humana e o sistema societário, apontada como fundamental para a compreensão e o enfrentamento da crise sócio-ambiental. Segundo Ventura (2007), é extremamente relevante que nas práticas educativas voltadas à temática sócio-ambiental, seja contemplada a naturalidade histórica dos seres humanos.

Introduzir a dinâmica histórica de constituição do capitalismo e a afirmação desses valores amplia o horizonte de transformações, inclusive porque mostra que esse não é o único caminho. A história não é tempo de determinismo, mas de possibilidades, que se faz por sujeitos historicamente constituídos. Daí a pertinência de discutir a condição humana, situando os seres humanos, não só como seres biológicos, mas seres histórico-sociais; e por essa dimensão histórica é que se torna possível que outros caminhos possam ser construídos. (Ventura, 2007: 113)

Ao longo do trabalho aqui apresentado, apontamos o modo como essa questão pode se refletir na compreensão e no enfrentamento da crise sócio-ambiental, pontuando e discutindo a relevância de algumas temáticas surgidas na análise das percepções do grupo de estudantes participantes da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O presente trabalho foi realizado com um grupo de 44 estudantes do Ensino Médio com formação técnica (compreendendo uma faixa-etária de 15 a 18 anos) de uma escola da Rede Federal², no estado do Rio de Janeiro e objetivou discutir as percepções do grupo acerca da crise ambiental. Os alunos provêm de diversas regiões do estado do Rio de

² Este estudo desenvolveu-se com um grupo de estudantes das séries iniciais do Ensino Médio com formação técnica em Química, do então Centro Federal Tecnológico de Química (atualmente denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ), no município de Nilópolis, estado do Rio de Janeiro. Essa unidade, situada na Baixada Fluminense é um dos diversos *campi* que atualmente compõem o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ. Na época da realização desta pesquisa, o campus investigado oferecia formação técnica em controle ambiental e química, nas modalidades integrados e técnicos, além do Ensino Médio sem formação técnica. Oferecia ainda graduação nas áreas de Licenciatura em Química, Licenciatura em Física e Graduação em Produção Cultural.

Janeiro e de diferentes realidades sociais, culturais e ambientais. Tendo como base dois Relatórios da Coordenação Técnica, Pedagógica e Serviço Social (fornecidos gentilmente pela Coordenação Pedagógica da Escola), foi possível traçar o perfil sócio-cultural do alunado (172 alunos), incluindo os estudantes que participaram desta pesquisa. Segundo tais relatórios, a maioria dos estudantes mora na Baixada Fluminense, ficando a Zona Oeste e a Zona Norte do estado do Rio de Janeiro, com o segundo e o terceiro lugares. Somente cerca de 3% é oriunda do Subúrbio da Central e Leopoldina. Ressalte-se ainda que 75 e 86% desses estudantes vieram de escolas particulares e entre 60 e 69% deles não participaram de nenhum curso preparatório para o concurso de ingresso no curso técnico.

Entre o alunado, a maioria (cerca de 90%) não trabalha ou nunca trabalhou. Cerca de 38% do alunado possui renda familiar de três a cinco salários mínimos, enquanto aproximadamente 8 a 9% desses estudantes têm renda familiar superior a dez salários mínimos e entre 6,5 e 9% possuem renda familiar entre um e dois salários mínimos; a situação habitacional aponta para o predomínio da casa própria quitada (entre 62 e 65%). Esses dados remetem a uma situação econômica relativamente estável para a maioria desses estudantes.

No que concerne à inserção dos responsáveis pelo alunado no mercado de trabalho, entre 49 e 54% dos pais trabalham com carteira assinada e uma pequena porcentagem estava desempregada, enquanto esse número decrescia cerca de 13% para as mães. Com relação à formação acadêmica dos responsáveis, predomina o Ensino Médio, oscilando entre 43 e 48%. Em torno de 20% dos responsáveis possui Nível Superior. Cerca de 12% dos pais possui o Ensino Fundamental incompleto, enquanto esse índice, para as mães, varia entre 6,5 e 10%.

A coleta de dados para o estudo foi realizada através da inserção da primeira autora como docente na escola, havendo contato com os alunos antes e depois da aplicação do questionário e da realização dos grupos focais. Os questionários foram criados especificamente para esta pesquisa, com questões abertas versando sobre a definição, as causas, as consequências e as soluções dos problemas ambientais e, a realização de dois grupos focais, com duração de cerca de uma hora e meia, versou sobre as mesmas temáticas. Dos 44 participantes da pesquisa, sete alunos pertencentes a uma mesma turma formaram um grupo focal e outros nove formaram o outro grupo.

Os dados foram analisados segundo a metodologia da análise de conteúdo, procedendo a uma análise categorial temática. Os dados foram agrupados em categorias, tendo sido definido o tema³ como unidade de análise. Dentre as diversas temáticas surgidas a partir dessa análise, no presente trabalho é enfocada a relação entre seres humanos e natureza, sendo pontuadas duas grandes temáticas: os valores capitalistas e a condição humana; e o discurso conciliatório entre desenvolvimento e preservação ambiental. São apontados trechos das respostas ao questionário e dos debates ocorridos durante a realização dos grupos focais, que explicitam e exemplificam aspectos da relação entre seres humanos, natureza e sociedade. Destacamos que, para garantir o sigilo das identidades dos participantes da pesquisa, eles são identificados pelas iniciais de seus nomes.

OS VALORES CAPITALISTAS COMO CONDIÇÃO HUMANA

Através dos discursos dos jovens participantes da pesquisa, observamos uma crítica veemente à lógica capitalista e alguns apontam ainda para a questão do lucro e do egoísmo nas causas dos problemas ambientais. No entanto, notamos também que esses valores frequentemente são associados ao capitalismo e igualmente aparecem como inerentes ao ser humano. Tal aspecto é bastante evidente, segundo mostra a transcrição de alguns trechos dos grupos focais realizados. Por exemplo, quando questionados sobre a raiz dos problemas ambientais, os estudantes associam-na ao lucro, à ganância e ao egoísmo, conforme observamos no trecho abaixo:

J – “*Lá atrás, atrás, atrás.*”

V – “*Ganância humana. Sempre, desde que o homem pensou “eu penso” (fazendo gesto apontando para a cabeça), entendeu? ele é ganancioso, ele é mesquinho, ele quer sempre se dar bem em cima dos outros. Todos os homens são assim. Todos!*”

R (concordando) – “*Então é... Penso, logo destruo*”.

V – “*É. Penso, logo destruo. Penso, logo quero ganhar vantagem*”.

³ Existem várias unidades de registro (unidade de análise) para analisar o conteúdo de uma mensagem, como, por exemplo, a palavra, a frase, a oração ou o tema. Conforme apontado em Ventura (2007), o tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc.

Pa – “*Penso, logo quero lucrar, né!?*”

Pr – “*Desde que ele tenha lucro, eles não estão nem aí para o que estão fazendo*”.

V – “*Mas isso não é atual não. Desde que o homem é homem.*”
(grifos nossos)

J – “*Isso é de muito tempo. Se a gente é o que é hoje, é graças aos nossos antepassados. Não foi a gente que inventou isso não!*”

L – “*Eu acho que todo mundo tem culpa*”.

Pr – “*Não! Eu acho que o homem já nasce com isso*”. (grifos nossos)

J – “*Mas o problema é que a gente foi educado desse jeito: pensar mais na gente do que no outro*”. (grifos nossos)

Pa – “*Já é da natureza do ser humano, tipo... criancinha não foi educado ainda tipo... quero mais. Mas o brinquedinho da outra.*”

É possível notar como é remetida ao ser humano a causa da crise, considerando a “ganância humana”. Esses valores aparecem como inerentes ao ser humano: “*Todos os homens são assim. Todos!*”, aponta um dos estudantes, enquanto outro diz: “*Desde que o homem é homem*”. Em outro momento, uma estudante corrobora a perspectiva: “*Eu acho que... todo mundo já nasce com a natureza de querer ser rico para poder ter tudo o que quer...*”.

No mesmo trecho, contudo, podemos verificar uma perspectiva histórica de constituição da situação apontada, quando um dos estudantes observa: “*Se a gente é o que é hoje, é graças aos nossos antepassados. Não foi a gente que inventou isso não*”. Podemos notar a tensão que existe entre a origem de tais valores, quando um dos jovens relaciona o egoísmo à cultura: “*... é que a gente foi educado desse jeito*”. Ou seja, ao mesmo tempo em que os valores mencionados são associados à natureza humana, aparecem como intrínsecos a uma forma de cultura. Reforçando essa perspectiva, observamos o trecho abaixo:

I – “*(...) Além da cultura capitalista que estimula a gente a ser egoísta*” (grifos nossos).

R – “*Só que o povo não nasceu assim. Vai aprendendo como forma de cultura*”.

L – “*Eu acredito que nós tenhamos uma parcela de maldade, de ganância e tal... (grupo concorda) Mas o meio faz muito a pessoa que você é*”. (grifos nossos)

Conforme ressaltado por Ventura (2007), a relevância do debate proposto reside justamente no fato de que os valores fundados em um modelo de desenvolvimento instituído historicamente se confundem com a própria condição do ser humano. Um desdobramento decorrente dessa tensão é a contribuição para uma percepção da problemática ambiental como inexorável, pois implica mudar a natureza humana e não alterar um modelo societário específico. Isso se confirma quando um dos estudantes afirma, em resposta a uma das perguntas do questionário, que não acredita em soluções para a problemática ambiental, porque “*os homens não vão mudar*”.

Tal percepção ainda pode repercutir na compreensão da crise causada pelos seres humanos de forma indistinta, conforme podemos observar pelos discursos dos estudantes. Para eles, as causas dos problemas ambientais residem na falta de educação, no egoísmo, em uma perspectiva individual ou coletiva, como a humanidade e a sociedade, conforme mostra o trecho do grupo focal a seguir, quando os estudantes discutem os culpados pela crise:

G – “*Da gente.*”

– “*Todo mundo*”.

G – “*A falta de educação da humanidade*”.

M – “*E a causa disso seria, eu acho, que seria assim, muito **egoísmo do homem**, também do egocentrismo. Tem muito isso também*”. (grifos nossos)

V – “*Ser humano*”

R – “*De certa forma nossa*”

Pr – “*Que a gente só pensa na gente*”

J – “*A gente é egoísta*”.

Podemos inferir que essa percepção da crise deflagrada pelos seres humanos de forma indistinta, emerge a partir de um discurso que relaciona valores como o egoísmo, por exemplo, como próprios do ser humano, de acordo com o que diz um dos jovens: “*E a causa disso seria... muito egoísmo do homem*”. Uma das consequências (e causas) dessa percepção da realidade é a compreensão da problemática ambiental através de um conjunto de valores e crenças que separa os seres humanos e a natureza, sendo velada a dinâmica conflituosa em torno do acesso aos bens naturais e das desigualdades sociais e ambientais. E, segundo

Carvalho (2004: 38), “a consequência de uma visão predominantemente naturalista-conservacionista é a redução do meio ambiente a apenas uma de suas dimensões, desprezando a riqueza da permanente interação entre a natureza e a cultura humana”.

Nesse sentido, um dos aspectos que podemos deduzir a partir dos discursos dos estudantes entrevistados é a necessidade de abordar a natureza histórico-social dos seres humanos nas práticas de Educação Ambiental, de modo a compreender que estamos inscritos em uma rede de relações extremamente desiguais. Isso significa a existência de diferentes atores sociais no cenário de crise sócio-ambiental. O reducionismo naturalista da problemática sócio-ambiental desconsidera o caráter histórico e dinâmico das relações humanas e da cultura com o ambiente (Carvalho, 2004) e agrega valores instituídos culturalmente como inerentes à espécie humana. Portanto, vela os conflitos sociais, apagando diferenças sociais, homogeneizando interesses e diluindo papéis sociais. Não expõe os conflitos sociais em torno do acesso aos recursos naturais, bem como a distribuição desigual dos prejuízos decorrentes dessa apropriação e, sendo assim, nivela todos como vítimas e causadores da crise ambiental, de forma indistinta.

A “síndrome da catástrofe ecológica” encobre as diferenças sociais e une todos em direção à salvação do planeta (Layrargues, 2002). Nessa perspectiva, todos são potenciais vítimas e igualmente responsáveis diante do cenário de crise, diluindo os conflitos sociais e homogeneizando os papéis sociais, velando as desiguais relações de poder. Conforme Gonçalves (2002), as implicações de tal negação, para o debate ambiental, se dão justamente forjando um homem genérico:

(...) sem que se considere a hipótese de que podemos estar diante de uma sociedade onde os homens estão inscritos em relações antagônicas; onde a natureza, por exemplo, esteja sendo apropriada de modo privado (...) uma parte da sociedade pode estar privada da propriedade da natureza e, conseqüentemente, tendo que se subordinar às determinações que emanam de outrem, dos usos do que deve ser feito da natureza. (Gonçalves, 2002: 58).

De forma recursiva, podemos notar que a perspectiva do ‘homem genérico’, deriva e é derivada de uma dissociação entre a natureza humana e os valores históricos e culturais. Ventura (2007) destaca a importância de ponderar tais aspectos, pois compromete, sobretudo, o horizonte de

transformações, uma vez que implica mudar a natureza humana. A partir da tensão que permeia os discursos desses estudantes, podemos inferir que o atual modelo societário se encontra tão enraizado no pensamento contemporâneo que se mescla à própria condição humana. Com isso, reduz os horizontes de mudanças, pois não se percebe esse modelo e seus valores enquanto historicamente instituídos, da mesma forma que outros modelos e outros valores podem ser reinstituídos. O futuro, então, se mostra imutável e, como apontou Freire (1996), a inexorabilidade do futuro é a negação da história. Dessa forma, torna-se necessário discutir outros modelos societários e a historicidade dos seres humanos, apontando como chegamos a esse modelo contemporâneo e esclarecendo que os valores são agregados historicamente. Gonçalves (2002:34) destaca que: “A história que afirmou esses valores e suas práticas é a mesma história que sufocou outros valores e outras práticas”.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: UM DISCURSO CONCILIATÓRIO?

Segundo os discursos dos estudantes, diante de um modelo imutável e de valores tão arraigados, só resta compatibilizá-los com a qualidade ambiental. A ausência da perspectiva histórica também limita a compreensão da crise enquanto societária, levando a uma crença na possibilidade de conciliar a ganância (enquanto própria dos seres humanos) e, inclusive, as diferenças sociais (quando um dos jovens diz “*queiram ter mais que os outros*”) com a preservação ambiental, como se fosse possível o desenvolvimento de todos de forma igualitária, dentro do modelo social vigente. Diante de uma visão de mundo que percebe o egoísmo e a ganância como valores inerentes à condição humana (“*Porque a ganância é um negócio natural*”, conforme afirmou um dos alunos), resta adequá-los à preservação ambiental:

L – “*Mas a ganância... sempre vai ter um que vai querer mais. A ganância não vai desaparecer porque a ganância é um negócio natural, como vocês falaram...*” (grifos nossos)

V – (no meio da fala de L) – “*É utópico. O que eu estou falando é uma coisa utópica*”.

L – (continuando) – “*(...) É um negócio que tem gente que nasce com isso. Mas o que a gente pode fazer? A gente pode*

tentar fazer... é o chamado Desenvolvimento sustentável (ao falar sustentável, a estudante gesticula simbolizando a palavra ‘sustentável’ entre aspas). Tentar fazer com que as pessoas tenham a ganância delas, queiram ter mais que os outros, mas que não destruam a Mata Atlântica por causa disso”. (grifos nossos)

A associação da ganância à natureza humana resulta em um discurso através do qual se reforça os ideais consumistas do atual sistema, em uma posição absolutamente ingênua, acreditando ser possível que “(...) *as pessoas tenham a ganância delas, queiram ter mais que os outros, mas que não destruam a Mata Atlântica por causa disso*”, conforme apontou um dos jovens durante o grupo focal.

Eis um dos aspectos nos quais os discursos críticos ao sistema vigente são aprisionados pela hegemonia quando, então, cogitam o mesmo padrão de vida para todos, segundo os padrões vendidos ideologicamente. É sob tal perspectiva que o termo ‘desenvolvimento sustentável’, por exemplo, ganha a sua legitimação na sociedade, à medida que professa uma igualdade social sem degradação ambiental. Há uma crença na possibilidade de extensão de um modelo de vida que, ideologicamente, é vendido para a maioria, mas que só existe se for para uma minoria. O que fica claro no trecho abaixo:

P – “*Eu acho que todo mundo tem que ter uma situação melhor... em nível de... como posso dizer nível social. Todo mundo tem que ter acesso ao melhor... é aquela coisa, cara: eu tenho uma televisão de 20” e o meu amigo comprou a de 29” e eu não tenho dinheiro para comprar, eu vou querer de alguma forma ter a TV de 29”. Eu quero o melhor. Agora, se todo mundo tiver condição de ter uma TV de 29”... todo mundo ter o melhor, pô... vai ficar beleza”.*

V – “*O sentimento de ganância do homem ta aí, cara”.*

L – “*Mas o lance não é nem você conseguir um nível, um status, um nível igual ou um bom nível. É você conseguir o desenvolvimento de todo mundo, entendeu? Um desenvolvimento social igual só que sem prejudicar o meio ambiente. É você conseguir desenvolvimento sem se autodestruir, entendeu?”*

J – “*Pô, se um dia a gente conseguisse alcançar uma igualdade*

entre todos, acho que ia ser melhor em tudo. Não só nos problemas ambientais”.

Para os jovens entrevistados, um dos aspectos conflituosos surge a partir do momento em que todos querem ter condições iguais (condições pautadas no consumismo e no modelo de vida das classes dominantes), como foi possível observar no trecho citado anteriormente. Podemos verificar que tal debate abre possibilidades de colocar em tensão formas de reverter a questão da desigualdade, não só social, mas também ambiental. O consumo e sua relação com a (des)igualdade social explicita o caráter político da problemática sócio-ambiental. A questão do consumo requer uma discussão política “(...) de forma a explicitar os conflitos de interesses das classes sociais e os limites entre a produção de bens de uso social e a mera produção de bens de troca, em que a vida digna perde seus conteúdos sociais e éticos para tornar-se mercadoria”. (Trein, 2007: 118)

O ideário de expansão de um modelo de desenvolvimento pautado na ampliação do consumo, nos interesses individuais, baseados no industrialismo, seguindo o modelo neoliberal, confirma-se na nossa sociedade e tem subjacente a desqualificação da política. Esse esvaziamento da ação política nas medidas dos Estados nacionais, “leva à naturalização da mercantilização de todas as esferas da vida, ou seja, do trabalho, da natureza, do conhecimento, das relações sociais”. (Trein, 2007: 115)

Seguindo a lógica da expansão do consumo, a solução apontada pelos estudantes repousa na necessidade do desenvolvimento de condições sociais e ambientalmente igualitárias, não sendo questionada a insustentabilidade da atual lógica de produção e consumo; antes, propõem um ‘consumismo sustentável’, como se fosse possível que a base natural de sustentação material pudesse comportar o consumo material de todos, dentro da lógica do atual sistema societário. Apesar do caráter crítico (enquanto questionadores do sistema vigente e das desigualdades sociais), os discursos dos estudantes também se revelam conservadores, principalmente por não relacionarem de modo efetivo a crise ambiental como fruto da crise de uma sociedade pautada na segregação e na desigualdade.

Nesse contexto de compreensão, há uma dissociação entre os problemas sociais e os problemas ambientais, aspecto corroborado pela fala de uma estudante: “*Eu acho que a **desigualdade social**, em suma, é*

um problema não muito ligado ao meio ambiente. Acho que o combate à desigualdade social é um problema que o governo vai ter que solucionar com medidas para tentar amenizar isso. (...) se o foco é o meio ambiente, a gente tem que pensar no desenvolvimento da sociedade como um todo, mesmo os mais pobres, e mesmo os mais ricos, para tentar fazer com que tudo isso funcione sem degradar". (grifos nossos)

É clara a ideia da manutenção das desigualdades sociais e a crença de que é possível, dentro do atual sistema, "*tentar fazer com que isso funcione sem degradar*", como disse a estudante. Essa perspectiva conciliatória se confirma no trecho a seguir, do outro grupo focal, quando é discutida a questão do reflorestamento, evidenciando a tensão entre o desenvolvimento e a qualidade ambiental e a busca por alternativas que favoreçam a conciliação demandada.

P – "*Uma coisa que eu acho ridículo (...) só pode desmatar desde que você plante. Mas a partir do momento que você replanta vai demorar milhares de anos para aquilo dali se desenvolver*".

G – "*Mas aí se sempre tivesse sido assim... antigamente quando começaram a desmatar...*"

I – "*Mas aí é estranho... a gente precisa do cinza, assim... do desmatamento*".

R – "*O problema não é você deixar de ter casas e cidades. É a partir do momento que você desmata, você reflorestar algumas árvores*".

I (interrompendo) – "*Mas vai plantar aonde?*".

A – "*Pra existir a gente, entendeu? Tem que ter desmatamento*".

Notamos como os discursos desses jovens estão enraizados a um pensamento que busca harmonizar a preservação ambiental com o desenvolvimento tecnológico, sem que sejam explicitadas as diferenças tanto no acesso aos bens naturais, quanto na divisão dos prejuízos e benefícios em decorrência de uma utilização desigual e privada da base natural de sustentação material. Trein (2007) aponta que:

Um novo projeto societário terá que se opor ao *consumismo* que caracteriza o pertencimento de classe, a diferenciação de grupo social, de território, de grau de escolaridade, que são formas de expressão da produção social e coletiva de bens e da apropriação privada e desigual da riqueza produzida. (Trein, 2007: 119)

Nesse contexto é evidenciado que a questão do consumo e a da desigualdade social devem ser discutidas considerando tais aspectos, sobretudo por trazer à tona um dos principais pontos que configuram o cerne da crise sócio-ambiental: a apropriação privada da natureza (humana e não humana), baseada em uma lógica de desigual distribuição de benefícios e prejuízos, sociais e ambientais. Segundo Carvalho (2004), esses conflitos lançam a dinâmica política na questão ambiental, pois os bens ambientais, que são de caráter público, têm sido apropriados segundo interesses privados.

Ocorre que vivemos em uma sociedade em que eles (bens ambientais), assim como outros bens econômicos e sociais, são objeto de uma distribuição desigual. (...) na prática das relações sociais, a dinâmica da acumulação privada gera a distribuição desigual de oportunidades e de condições de vida entre os grupos sociais e se nutre dessa desigualdade. Com os bens ambientais não é diferente. (Carvalho, 2004: 166)

No entender de Layrargues (2002:190), a Educação Ambiental Crítica: “(...) entende que a crise ambiental é decorrente do agravamento da tensão da lógica da apropriação privada dos recursos humanos e naturais, que na ordem econômica competitiva, são forçados ao uso abusivo”. Desse modo, importa questionar e discutir a posição do ser humano enquanto espécie cultural e socialmente estruturada, que acaba por ter diferentes papéis sociais e distintos modos de relacionar-se com o ambiente, segundo diferentes interesses. Nesse sentido, Loureiro (2004) afirma que:

(...) quando dizemos que entre 20% e 40% da energia solar é consumida por uma única espécie, o *Homo sapiens*, num percentual muito superior ao de qualquer outra, é preciso entender que isso se dá dentro de um determinado modo de produção, de acesso e uso desigual do patrimônio natural, tornando imprecisa a generalização e impossível se equiparar o modo de vida de um norte-americano com o de um africano. (Loureiro, 2004:38)

Compreender a crise ambiental em uma perspectiva sócio-ambiental, portanto, requer considerar diferentes atores sociais, compreendendo a condição sócio-cultural dos seres humanos. Desconsiderar os diferentes atores sociais e seus modos de interagir com

o ambiente reflete de forma bastante perigosa as práticas de intervenção social, colaborando com a degradação das relações sociais e com o ambiente e repercutindo na manutenção ou até mesmo no agravamento da crise sócio-ambiental instaurada. Em um trabalho realizado em localidades rurais, Rozemberg (2005) mostra a tensão entre ambientalistas e produtores agrícolas, que acaba por reforçar a degradação ambiental e social, revelando o conflito de interesses sócio-ambientais travado entre ambos:

Não só os interesses e valores da comunidade rural são negligenciados nos projetos que proliferam ‘para’ a região, mas, principalmente, é em nome da ‘defesa do ambiente’ que a população experimenta a falência, a ameaça da fome, a humilhação, a repressão e, por vezes, danos a sua integridade física. (Rozemberg, 2005: 541)

No contexto das desigualdades sociais, vale ressaltar que observamos em alguns discursos dos jovens participantes da pesquisa, uma percepção da distribuição desigual de prejuízos e benefícios, sociais e ambientais. Tal aspecto é ratificado quando um dos estudantes afirma, em resposta ao questionário, que os problemas ambientais existem “*Devido à má aplicação do ambiente em benefício de terceiros*”. E, em alguns momentos durante os grupos focais, observamos a confirmação desse discurso, conforme a fala de um dos jovens, durante o debate: “(...) *grandes países produzem poluição, e... tipo... a poluição é levada para países tipo... África, assim... onde nego já não é feliz e a chuva ácida ocorre lá. Ou seja, o maluco polui e não sofre nada*”.

No tocante às desigualdades sociais, notamos que os estudantes delineiam um quadro de injustiças ambientais, ao discutirem as consequências e os sujeitos afetados pela crise ambiental. Eles ressaltam a importância que é dada ao ‘capital’ na nossa sociedade, que pode “pagar” qualquer consequência, conforme explicita um dos estudantes durante o grupo focal: “*É... eu vou ficar doente. Eu tenho muito dinheiro para pagar os melhores médicos*”, cabendo, nesse contexto, uma crítica veemente ao capitalismo, feita por um dos alunos: “*Maldito capitalismo!*”.

De acordo com esses jovens, na nossa sociedade, o dinheiro e o lucro passaram a ter um valor tão essencial que neles as pessoas repousam as soluções para todo e qualquer problema, conforme comenta um dos jovens, no caso de uma possível catástrofe ambiental: “*No final,*

ainda vai continuar essa parte do lucro. Todo mundo está precisando de tal coisa para sobreviver, eu tenho tal coisa, então eu vou vender”. Para esses jovens, segundo a mesma tendência, haverá a formação de exilados ambientais: formação de um grupo de pessoas que, financeiramente privilegiado, possa sobrepujar as consequências da crise ambiental (Ventura, 2007). Ao mesmo tempo, a perspectiva adotada faz alusão a uma percepção das desigualdades com relação aos prejuízos ambientais, apontando a existência daqueles que, pelo poder financeiro, podem burlar as implicações ambientais. Esse aspecto abre a possibilidade para discutir os diferentes papéis sociais, tanto com relação às responsabilidades, quanto com relação às consequências.

Em alguns discursos dos estudantes, há uma identificação de grupos beneficiados e prejudicados, inclusive com a menção de que *“quanto menor o poder aquisitivo, mais prejudicado você é”*, segundo apontou uma das alunas, denotando claramente um quadro de injustiça ambiental, que merece ser explicitado nas propostas de Educação Ambiental. Conforme a Declaração Final do Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, em 2001, entende-se por injustiça ambiental:

(...) o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. (Declaração Final, 2001 *apud* Carvalho, 2004: 248)

Assim, a Educação Ambiental deve identificar sujeitos sociais específicos, com diferentes responsabilidades e diferentes exposições aos riscos ambientais. Conforme nos assinala Pedrosa (2007), necessitamos de uma crítica que nos permita compreender não apenas as relações entre os homens, mas as relações da cultura com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: NOVOS CAMINHOS, NOVAS SÍNTESES

Através das discussões apresentadas neste trabalho, podemos tecer algumas considerações que devem ser evidenciadas na promoção da Educação Ambiental Crítica, compreendendo a crise ambiental enquanto crise societária e levando em conta a naturalidade histórica do ser humano.

Muitos aspectos salientados nos discursos desses jovens corroboram o discurso dominante, ao mesmo tempo em que abrem possibilidades de expressar novos caminhos e novas sínteses. As temáticas aqui discutidas representam uma parcela de todas as questões contempladas na Dissertação de Mestrado da qual este trabalho é fruto. Contudo, avaliamos que as considerações aqui elaboradas evidenciam um fundamental aspecto na compreensão e no enfrentamento do atual cenário de crise: as relações entre seres humanos e a relação da cultura com a natureza.

A ausência de um horizonte histórico implica a incerteza sobre a origem de valores como egoísmo, ganância e ambição, apontados pelos estudantes como um dos pilares da crise ambiental. A tensão entre a origem desses valores como inerentes à natureza humana ou a uma forma de organização societária (como o capitalismo) constitui-se em um dos grandes entraves para o enfrentamento efetivo da crise; por algumas vezes, inclusive, limitando o potencial transformador. Isso porque confundir tais valores com a condição humana implica mudar a natureza humana para reverter o quadro de crise, o que se traduz em uma imobilidade.

O sistema atual se mostra tão forte e hegemônico que os seus valores e pressupostos são vistos com muita obviedade, como se sempre tivesse sido assim. Negligenciar tal questão resulta na percepção de que cabem ajustes no atual sistema, de modo a corrigir certas deformidades como, por exemplo, os problemas ambientais, conforme pode ser observado no discurso conciliatório desses jovens.

Num momento em que somos convocados a repensar as relações entre seres humanos e natureza, precisamos evidenciar o caráter dinâmico e dialético dessa interação. Conforme aponta Layrargues (2002, p.190), “Analisar o funcionamento da sociedade resultará forçosamente na compreensão e conscientização dos processos sociais e econômicos que determinam as divisões sociais e as relações de exploração e domínio de uns sobre outros”. Esses aspectos aparecem claramente nos discursos dos estudantes, sobretudo quando relacionam poder financeiro e as consequências ambientais.

Através da compreensão da problemática ambiental na complexidade das suas diversas dimensões, por meio de um horizonte histórico, um novo projeto civilizatório pode ser vislumbrado e construído pela história concreta dos homens. As questões sócio-ambientais devem ser problematizadas, discutindo papéis, responsabilidades, prejuízos e benefícios ambientais e sociais, auxiliando na compreensão da

complexidade da interação entre as relações humanas e da natureza com o ambiente. Deve-se ainda apontar espaços de participação política, individual e coletiva, buscando a construção coletiva de novos caminhos.

Considerar outras formas de organizações humanas, situadas historicamente, pode se apresentar como uma possibilidade para que, dentro das críticas ao atual sistema vislumbre-se outros possíveis estilos societários, contribuindo para a construção do horizonte utópico. Dessa forma, problematiza-se um futuro que até então se mostrava implacável.

Apreender a crise através de uma perspectiva sócio-histórica auxilia a pensar o futuro enquanto construção igualmente sócio-histórica. Conforme aponta Trein (2007),

A tarefa é resgatar as dimensões históricas e culturais que qualificam um projeto societário de novo tipo, em que ações organizadas desde a base da sociedade nos levem, através da participação ativa na autogestão dos processos produtivos e nas definições políticas da gestão da riqueza, à construção coletiva da sustentabilidade e da solidariedade. (Trein, 2007: 119)

Este trabalho aponta a relevância das dimensões históricas, sociais e culturais da crise na compreensão e no enfrentamento da problemática sócio-ambiental, segundo os estudantes de Ensino Médio entrevistados. Contemplar esse aspecto nas práticas educativas, aliado à criação de espaços de discussão, nos quais se congreguem reflexão e prática, em ambientes de participação individual e coletiva, certamente é um caminho que pode contribuir para a Educação Ambiental Crítica e uma nova sociedade.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, I.C.M. Desafios e dilemas políticos das lutas e movimentos ambientais. In: QUINTAS, J.S. *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Edições Ibama, 2002. p. 39-47.

_____. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 29 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1996.

GONÇALVES, C.W.P. Natureza e sociedade: elementos para uma ética da sustentabilidade. In: QUINTAS, J.S. *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Edições Ibama; 2002. p. 49-75.

_____. Um pouco de filosofia no meio ambiente. In: QUINTAS, J.S. *Pensando e*

praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente. Brasília: Edições Ibama; 2002. p. 23-38.

GUIMARÃES, M. *Educação ambiental: no consenso, um embate?* Campinas: Papirus; 2000.

LAYRARGUES, P.P. A crise ambiental e suas implicações na educação. In: QUINTAS, J.S. *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Edições Ibama; 2002. p.77-91.

LOUREIRO, C.F.B. *Trajatória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez; 2004.

PEDROSA, J. G. O capital e a natureza no pensamento crítico. In: LOUREIRO, C.F.B. (org.). *A questão ambiental no pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007. p. 69-112.

ROZEMBERG, B. Conflito entre interesses agrícolas e ambientalistas nas localidades rurais de Nova Friburgo, Rio de Janeiro. IN: MINAYO, M.C.S. e COIMBRA, C.E.A. (orgs.). *Críticas e atuantes: Ciências Sociais e Humanas em Saúde na América Latina*; 2005.

TREIN, E. A contribuição do pensamento marxista à educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B. (org.). *A questão ambiental no pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007. p. 113-134.

VENTURA, G.S. *Reflexões sobre as percepções de um grupo de estudantes sobre a crise ambiental*. 2007. [Dissertação de Mestrado em Ensino de Biociências e Saúde] – Fundação Oswaldo Cruz/ Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

ANEXO 1 - ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

- O que são os problemas ambientais
- Principais problemas ambientais
- Sobre as consequências desses problemas
- Quem ou o quê é afetado por esses problemas
- Causa dos problemas ambientais
- Soluções para os problemas ambientais
- A participação individual na realidade sócio-ambiental
- O que seria necessário para a solução e o enfrentamento dessa crise
- As expectativas para o futuro
- Importa pensar e discutir sobre esses problemas?
- Relações entre os problemas ambientais e os problemas sociais, políticos, culturais, históricos, éticos e econômicos.

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO

Não se preocupe ao responder esse questionário: as respostas NÃO serão utilizadas de modo a identificar você. Pedimos que responda às perguntas de forma tranquila e seja sincero. Agradecemos a sua colaboração e saiba que a sua participação é muito importante!

Nome: _____

Idade: _____

Bairro onde mora: _____

Com quem você mora? _____

1. Qual a escolaridade dos seus responsáveis?

- () Ensino Fundamental () incompleto () completo
- () Ensino Médio () incompleto () completo
- () Nível Superior () incompleto () completo
- () Não sei

2. Você saberia qual a sua renda familiar, aproximadamente?

3. Quem contribui para a renda?

4. Tem irmãos?

- () SIM. Quantos? _____ Qual a idade deles? _____
- () NÃO.

5. Onde você cursou o ensino fundamental?

- () escola pública () escola privada

6. Você costuma assistir à televisão?

- () Sim. Quais os programas de televisão você mais gosta? Por quê?

- () Não. Por quê?

7. Você gosta de assistir a filmes?

- () SIM. Quais os tipos de filme que você prefere?

- () NÃO. Por quê?

8. Você tem acesso à Internet?

- () SIM. Para que você a utiliza? _____

- () NÃO. Por quê?

9. Você costuma ler livros?

- () SIM. Qual (is) você mais gostou? _____

- () NÃO. Por quê? _____

10. Você costuma ler jornais e/ou revistas?

() SIM. Quais? _____

() NÃO. Por quê? _____

11. Qual (is) o(s) tipo(s) de notícia ou reportagem você prefere ler?

() violência () fenômenos da natureza () economia () lazer () televisão
() comédia () política () outros

12. Você costuma ir a museus, teatros, cinemas, etc.?

() SIM. Quais lugares você já visitou?

() NÃO. Por quê? _____

Nos dias de hoje, sempre vemos e ouvimos diversas notícias sobre vários problemas ambientais.

1. O que você entende por problemas ambientais?

2. Você poderia citar alguns exemplos de problemas ambientais?

3. Por que você acha que existem esses problemas?

4. Você pode citar alguma consequência desses problemas?

5. Você considera que existe alguma solução para algum desses problemas que você citou?

() Sim. Qual (is)? _____

() Não. Por quê? _____

6. Você considera importante pensar sobre os esses problemas?

() Sim. () Não.
Por quê? _____

7. Quais as matérias escolares que você acha que pode ajudar a pensar nesses problemas?

8. Você gostaria de continuar a participar dessa pesquisa?

() Sim. () Não.